



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Contrato

CONT-SAF-ANTAQ Nº 11/2020

PROCESSO Nº 50300. 009127/2020-30

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LIMPEZA E
COPEIRAGEM, QUE CELEBRAM,
ENTRE SI, A AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS –
ANTAQ E A EMPRESA JESERV -
SERVIÇOS DE PORTARIA E
MANUTENÇÃO LTDA.**

A AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ, autarquia especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, e alterações posteriores, estabelecida no SEP/ Quadra 514, Conjunto “E”, Asa Norte, CEP 70760-545, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.903.587/0001-08, a seguir denominada **ANTAQ**, neste ato representada pelo Senhor Gerente de Licitações e Contratos, **RAFAEL SOARES MOTA**, brasileiro, casado, RG nº 1.943.826 SSP/DF, CPF/MF nº 963.174.261-04, residente e domiciliado nesta capital, nomeado pela Portaria nº 88, de 09 de março de 2018, publicada no D.O.U. de 12 de março de 2018, com poderes conferidos pela Resolução nº 6.482, de 13 de novembro de 2018, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **JESERV - SERVIÇOS DE PORTARIA E MANUTENÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.266.997/0001-30, sediada na Rua Dr. José Peroba, nº 297, Ed. Atlanta Empresarial, sala 608, Stiep, CEP: 41.770-235, Salvador/BA doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. JAGUARACI PIMENTA PARANHOS**, portador da Carteira de Identidade nº 04367464-09 e CPF nº 630.787.325-68, tendo em vista o que consta no Processo nº 50300. 009127/2020-30, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Dispensa de Licitação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de serviços de limpeza e copeiragem para a Unidade Regional da ANTAQ em Salvador - URESV, com o fornecimento de todo o material de consumo necessário e equipamentos adequados à execução dos trabalhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência de Dispensa de Licitação, identificado no preâmbulo, e à proposta selecionada, independentemente de transcrição.

1.3. Em decorrência de medidas de isolamento social expedidas pelo Governo Federal para combater a pandemia do coronavírus (COVID-19), fica estabelecido um prazo de até 31 de julho de 2020 para que a contratada regularize o cadastro no Sistema de Cadastramento Único de Fornecedores - SICAF referente à Qualificação Econômica-Financeira, nos termos do art. 4º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, sob pena de rescisão contratual, caso não seja cumprida no prazo estipulado.

1.4. Objeto da contratação:

| Item | Especificações | Unidade de Medida | Qtde mensal |
|------|--|-------------------------|-------------|
| 1 | Serviço de Limpeza e Copeiragem com fornecimento de materiais e equipamentos para a URESV, sem dedicação exclusiva de mão de obra. | Diária de 8 hs | 5 |
| 2 | Serviço de Limpeza e Copeiragem com fornecimento de materiais e equipamentos para a URESV, com dedicação exclusiva de mão de obra. | Posto de 44 hs semanais | 1 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, ou até a conclusão do processo licitatório para nova contratação, o que primeiro ocorrer.

2.2. Inicialmente, o contrato terá os 02 (dois) primeiros meses sem dedicação exclusiva de mão de obra, e os demais meses com dedicação exclusiva de mão de obra.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 1.399,24 (mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos)** nos dois primeiros meses sem dedicação exclusiva de mão de obra, perfazendo o valor total de R\$ 2.798,48 (dois mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos), e de R\$ 3.710,90 (três mil, setecentos e dez reais e noventa centavos) nos demais meses com dedicação exclusiva de mão de obra, perfazendo o valor total de R\$ 37.109,00 (trinta e sete mil e cento e nove reais), ao passo que o valor global anual da contratação monta em **R\$ 39.907,48 (trinta e nove mil, novecentos e sete reais e quarenta e oito centavos)**, de acordo com a planilha abaixo:

| ESPECIFICAÇÃO | PREÇO UNITÁRIO | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ANUAL |
|--------------------|----------------|------------|----------------------|
| Copeiragem diária | R\$ 1.399,24 | 2,00 | R\$ 2.798,48 |
| Copeiragem – 44 hs | R\$ 3.710,90 | 10,00 | R\$ 37.109,00 |
| VALOR GLOBAL | | | R\$ 39.907,48 |

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 68201/682010;

Fonte: 0100;

Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001;

Elemento de Despesa: 3390.39.78;

PI: A200;

Nota de Empenho: 2020NE800530.

4.2. No exercício seguinte, a despesa correspondente correrá à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. A CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §2º, art. 55 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

RAFAEL SOARES MOTA

ANTAQ

JAGUARACI PIMENTA PARANHO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Eliana Bontempo Rabelo

CPF: 179.992.351-72

Nome: Claudemberg Silva de Moraes

CPF: 005.444.211-75



Documento assinado eletronicamente por **Jaguaraci Pimenta Paranhos, Usuário Externo**, em 25/06/2020, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Soares Mota, Gerente de Licitações e Contratos**, em 26/06/2020, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudemberg Silva de Moraes, Analista Administrativo**, em 29/06/2020, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bontempo Rabelo, Coordenador de Gestão de Contratos**, em 29/06/2020, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1069997** e o código CRC **CFE826AC**.